

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.768.382 - PR (2018/0245867-0)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : NOMA DO BRASIL SOCIEDADE ANONIMA
ADVOGADO : MARCIO RODRIGO FRIZZO - PR033150

DECISÃO

Trata-se de Agravo interno, interposto pela FAZENDA NACIONAL, em 23/11/2018, contra decisão de minha lavra, publicada em 21/11/2018, pela qual, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, neguei provimento ao Recurso Especial, interposto pela ora agravante, em razão de encontrar-se "pacificada a jurisprudência do STJ no sentido de que não é dado, ao Ministro da Fazenda, por meio de Portaria, estabelecer condições outras, que não as expressamente constantes da lei instituidora, de modo a vincular pedido de adesão a parcelamento tributário. Esse é, justamente, o caso da Portaria PGFN/RFB 15/2009" (fl. 756e).

Inconformada, sustenta a parte agravante que:

"A Fazenda Nacional, diversamente do que entendeu a eminente Min. Relatora, obtempera que o TRF se omitiu sobre ponto nodal ao deslinde da questão, qual seja, inicialmente, quanto à alegação de que a portaria em questão está devidamente amparada nos artigos 11, § 1º, e 14-F da própria Lei nº 10.522/2002, não extrapolando sua função de operacionalizar a Lei nº 10.522/2002.

Posteriormente, o TRF olvidou o argumento de que as Portarias dos Fisco se inserem no contexto da chamada 'legislação complementar tributária', prevista no art. 100, inciso I, do CTN.

Diante disso, a Fazenda Nacional entende que não há fundamentação suficiente/adequada sobre o ponto, razão pela qual deve ser anulado o acórdão regional por ser omissivo sobre ponto relevante para o correto deslinde da questão. Nesse sentido, vale mencionar a decisão monocrática do Min. Sérgio Kukina proferida no RESP 1764923.

Pois bem. No que tange ao outro capítulo da decisão monocrática ora combatida, cumpre asseverar que o cerne do presente tema trata da possibilidade, ou não, do parcelamento de débitos, de forma simplificada, que perfazem valor superior ao limite estipulado na Portaria Conjunta que regulamenta a Lei nº 10.522/2002, de sorte a evitar a exigência da prestação de garantia.

A Lei nº 10.522/02, nos artigos 10 e seguintes, trata do parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional. No que tange à discussão ora proposta, são relevantes os seguintes dispositivos:

(...)

Observe-se que a possibilidade de parcelamento simplificado

prevista no art. 14-C e seu parágrafo único apenas afastou, das normas gerais aplicáveis ao parcelamento, as vedações previstas no art. 14 da mesma Lei (que diz em relação a quais tributos ou situações é vedada a concessão de parcelamento), e não o disposto no art. 11, §1º.

Ademais, a regulamentação do parcelamento ficou a cargo de normas infralegais, inclusive a estipulação de limites e condições para se condicionar a concessão do parcelamento à prestação de garantias.

Dentro dessas condições, a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15, de 15 de dezembro de 2009 tratou do parcelamento ordinário e do parcelamento simplificado, exigindo a apresentação de garantias para o parcelamento de débitos de valor superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Posteriormente, a Portaria Conjunta nº 12/2013 elevou o limite para adesão ao parcelamento simplificado para R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), valor a partir do qual é exigida a prestação de garantia.

Diante desse regime jurídico, tem-se que o art. 11, § 1º, da Lei nº 10.522/2002 ampara o estabelecimento do limite para inclusão de débitos no parcelamento simplificado.

Cumpra assinalar, ademais, que a delimitação de um valor máximo de dívida para ingresso no parcelamento simplificado é absolutamente necessária para a coerência do sistema, que prevê a coexistência dos parcelamentos simplificados e ordinário, sendo este último sujeito às vedações do art. 14 da Lei nº 10.522/2002.

Em resumo, a Lei nº 10.522/02 veicula duas espécies principais de parcelamento:

- 1- Parcelamento simplificado: previsto no art. 14-C e consiste naquele cujo débito seja igual ou inferior a R\$ 1 milhão. É denominado de 'simplificado' pois, por ter como objeto débitos de menor valor, não são aplicáveis as vedações previstas no art. 14 e é realizado por meio da internet, não depende de análise e deferimento expresso da autoridade competente.
- 2- Parcelamento ordinário: trata-se de modalidade residual e consiste naquele cujo valor do débito seja superior a R\$ 1 milhão. São aplicáveis as vedações previstas no art. 14 e depende de encaminhamento de requerimento à unidade responsável pela administração do débito a fim de que seja analisada a presença de alguma das vedações constantes no art. 14 e a idoneidade da garantia prevista no art 11, §1º.

Assim, o parcelamento simplificado se volta às pessoas físicas e jurídicas com dívidas de menor montante, favorecendo a sua

regularização tributária por meio da exclusão das diversas vedações estipuladas em lei. Trata-se de favor fiscal com limites menos rigorosos, sendo lógico facultá-lo apenas a quem deve menos ao Fisco.

Por outro lado, o parcelamento ordinário fica destinado a dívidas com patamares superiores, assim definidos pelo Ministro da Fazenda, justificando-se o estabelecimento em lei das vedações.

Cuida-se, portanto, de regime instituído por lei, o qual permite a estipulação de limites e condições pela legislação infraconstitucional, consoante autorização contida no § 1º do art. 11 e no art. 14-F da Lei nº 10.522/2002.

Destaque-se que não há óbice ao parcelamento, e sim a que ele se dê de forma simplificada, continuando possível a sua concessão de maneira ordinária, na qual se exige a apresentação de garantia.

A exigência normativa/administrativa, além de legal, é perfeitamente justificável quando se considera que a concessão do parcelamento implica (a) concessão automática de certidão de regularidade fiscal (positiva com efeito de negativa) que viabiliza, INCLUSIVE, a alienação de bens por parte do devedor; (b) a suspensão de eventual execução fiscal em curso e de demais atos de cobrança e (c) a retirada do nome do devedor do CADIN.

Nesse cenário, nada mais coerente que, quanto aos débitos de maior vulto, cujo mapeamento, de forma periódica, é feito pela Administração Tributária e não pelo Poder Legislativo, conhecedora da composição do 'estoque da dívida ativa, seja exigida, pela Administração Pública, garantia idônea que visa, apenas, a impedir a frustração da cobrança na hipótese de o próprio contribuinte não honrar com o compromisso assumido" (fls. 764/767e).

Por fim, requer "seja reconsiderada a decisão agravada ou, se assim não entender Vossa Excelência, que o feito seja submetido a julgamento pelo eg. Órgão Colegiado, para que seja conhecido e provido o presente agravo interno, de modo a reformar a decisão agravada, para que seja conhecido e provido o recurso especial" (fl. 768e).

A decisão agravada deve ser reconsiderada, pois a matéria relativa à "legalidade do estabelecimento, por atos infralegais, de limite máximo para a concessão do parcelamento simplificado, instituído pela Lei 10.522/2002" foi afetada, nesta Corte, para julgamento segundo o rito dos recursos representativos de controvérsia, nos REspS 1.679.536/RN, 1.724.834/SC e 1.728.239/RS, todos de relatoria do Ministro HERMAN BENJAMIN, sob o Tema 997. Nesse contexto, impõe-se a devolução dos autos ao Tribunal de origem, para os fins do art. 1.040 do CPC/2015.

Impende salientar que a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de ser irrecorrível o despacho que determina o sobrestamento do feito, no 2º Grau, diante da

pendência de julgamento de recurso representativo da controvérsia. Confira-se:

"PROCESSUAL CIVIL. TEMA AFETADO À SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. DESPACHO. CPC/2015. MEIO DE IMPUGNAÇÃO.

1. Antes da edição do Código de Processo Civil de 2015, o Superior Tribunal de Justiça entendia ser inadmissível o recurso interposto contra despacho que, ante a pendência de julgamento de recurso representativo da controvérsia, determinava o sobrestamento do apelo extremo na instância ordinária, porquanto, em tais hipóteses, não haveria conteúdo decisório apto a ser agravado.

2. De acordo com o CPC/2015, para demonstrar distinção entre a questão a ser decidida no processo sobrestado e aquela a ser julgada no recurso especial afetado, o despacho de sobrestamento do recurso passou a ser impugnável por meio do requerimento previsto no art. 1.037, § 9º, de modo que o agravo interno somente é cabível da decisão que resolver esse requerimento (art. 1.037, § 13).

3. Agravo interno não conhecido" (STJ, AgInt no REsp 1.440.303/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 13/12/2017).

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO REPETITIVO. IRRECORRIBILIDADE DA DECISÃO QUE DETERMINA O RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM PARA AGUARDAR JULGAMENTO DE QUESTÃO REPRESENTATIVA DE CONTROVÉRSIA. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

1. É irrecorrível a decisão que determina a devolução dos autos ao Tribunal de origem a fim de aguardar o julgamento de tema dos recursos repetitivos para posterior aplicação da sistemática prevista pelo art. 1.040 do CPC/2015. Precedentes.

2. Agravo interno não conhecido" (STJ, AgInt no AREsp 1.126.047/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 23/02/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO QUE NÃO CONSTA DA LISTA DO SUS. MATÉRIA AFETADA COMO REPETITIVA. RESP 1.657.156/RJ (TEMA 106/STJ). DETERMINAÇÃO DE SOBRESTAMENTO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM. ATO JUDICIAL DESPROVIDO DE CARGA DECISÓRIA. IRRECORRIBILIDADE.

1. Conforme definido na afetação do Tema 106/STJ, que versa sobre a 'Obrigatoriedade do poder público de fornecer medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS', foi determinada a suspensão, em todo o território nacional, dos processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre a questão assim afetada (art. 1.037, inciso II, do CPC/2015).

2. **Caso concreto que tem por objeto o mesmo tema do aludido repetitivo, razão pela qual se ordenou o retorno dos autos à Corte de origem, para que lá permaneçam sobrestados até que se profira decisão no apontado recurso representativo da controvérsia, observando a Presidência local, daí em diante, o procedimento delineado nos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015, quando, só então, estará exaurida a jurisdição da instância recursal ordinária.**

3. **Ato de remessa desprovido de carga decisória e, por isso mesmo, irrecorrível. Nesse sentido: AgInt nos EDcl nos EREsp 1.126.385/MG, Rel. Ministro Og Fernandes, Primeira Seção, DJe 20/09/2017; AgInt no REsp 1.666.877/SE, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe 04/09/2017 e AgInt no AREsp 920.593/RJ, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 02/08/2017.**

4. Conforme o decidido na Questão de Ordem na ProAfR no REsp 1.657.156/RJ, os pedidos de tutela provisória de urgência deverão ser apreciados perante o juízo de origem, nos termos do art. 982, § 2º, do CPC/2015.

4. Agravo interno não conhecido" (STJ, AgInt no REsp 1.646.935/PE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 09/04/2018).

Ante o exposto, em juízo de retratação, com fundamento nos arts. 34, XXIV, 256-L, I, e 259, **caput**, do RISTJ, reconsidero a decisão agravada e determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após a publicação do acórdão representativo da controvérsia, o Recurso Especial tenha seguimento negado, caso o acórdão recorrido esteja em conformidade com a orientação firmada pelo STJ, ou para que ele seja provido, conforme o caso, se o acórdão recorrido divergir do entendimento firmado sob a sistemática dos recursos repetitivos.

I.

Brasília/DF, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora